

Maria Antonieta e o Buriti

CORREIO BRAZILENSE
Luiz Estevão (*)

Em um dos mais célebres episódios da História, uma insensível governante viu-se surpreendida pela presença, às portas de seu palácio, de uma horda de famintos e insatisfeitos cidadãos. "O povo está gritando de fome. Dizem que não tem pão, majestade", informou um zeloso assessor de Maria Antonieta, rainha da França. "Eles não têm pão? Por que não comem brioche?", indagou a alienada soberana, cuja cabeça seria cortada, dias depois, em praça pública, pelo povo rebelado contra a monarquia. Passados mais de 200 anos, muitos governantes da era moderna parecem não ter assimilado a singela lição de que ouvir o povo, auscultar suas necessidades, e provê-las, é a tarefa primordial do Estado e de seus mandatários.

De que trata o pouco lido — e muito falado — projeto da Estrutural, aprovado pela Câmara, que tão gulosamente o governador resolveu vetar? Trata de introduzir uma pequena área residencial na cidade comercial e industrial que o GDF vai implantar no local. Além disso, trata de obrigar o governo a vender os lotes destinados a grandes empresas mediante licitação, a preço de mercado, e não por 20 a 40% do valor real, para pagamento no próximo século, como pretende o GDF. A existência de moradia perto dos locais de trabalho é defendida por urbanistas de todo o mundo. Este é o único propósito do projeto.

Alguns combatem o projeto na suposição de que ele estimularia a migração. Mas os dados estatísticos da Codeplan, divulgados pelo atual governo, derrubam este argumento. A população do DF, no período 1991/94, teve o menor índice de crescimento da sua história. Apenas 2 mil famí-

lias por ano foram acrescentadas à população em decorrência da migração.

Há alguns dias, o GDF pretendeu montar uma grande manifestação em apoio ao veto ao projeto da Estrutural. O povo foi o grande ausente. Apareceram ecologistas de ocasião que, em 35 anos, nunca se mobilizaram contra a existência ali do gigantesco depósito de lixo a céu aberto e nem se posicionaram contra a ocupação da área por indústrias. A esses, juntaram-se empresários agradecidos à benevolência do GDF, que pretende lhes dar os lotes praticamente de graça, e a incoerência do governador e os seus deputados, que defendem a fixação das 800 famílias na Vila Telebrasilândia, às margens do Lago Paranoá.

O exemplo do Rio de Janeiro é didático. Tornou-se uma cidade ingovernável graças à inépcia de sucessivos administradores públicos, que descontinuaram o processo de remoção das favelas, iniciado por Carlos Lacerda em 1962. Hoje, São Paulo enfrenta o problema com o Projeto Cingapura, em que pretende oferecer a chance de moradia às famílias carentes, interrompendo a favelização da cidade.

Ao vetar o projeto, o GDF comporta-se com a mesma indiferença de Maria Antonieta em relação aos famintos franceses. Lamentavelmente, desta vez o sacrificado não será o pescoço dos insensíveis governantes, e sim a sobrevivência do Plano Piloto, que estará sendo guilhotinado em seu projeto urbanístico pela invasão de favelas e barracos.

O futuro dirá quem tem razão.

■ Luiz Estevão é deputado distrital e líder do Partido Progressista na Câmara Legislativa.